

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGAdm)
MESTRADO PROFISSIONAL**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM UMA PROPRIEDADE DO
AGRONEGÓCIO**

MORELLE MAYKON MONTEIRO MELLO

CASCVEL/PR

2022

Morelle Maykon Monteiro Mello

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM UMA PROPRIEDADE DO
AGRONEGÓCIO**

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY IN AN AGRIBUSINESS PROPERTY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) – Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Administração**.

Orientador: Professor Dr. Ronaldo Bulhões

Coorientador: Professor Dr. Edison Luiz Leismann

CASCAVEL/PR

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Mello, Morelle Maykon Monteiro
Responsabilidade social corporativa em uma propriedade do agronegócio / Morelle Maykon Monteiro Mello; orientador Ronaldo Bulhões; coorientador Edison Luiz Leismann. -- Cascavel, 2022.
62 p.

Dissertação (Mestrado Profissional Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2022.

1. Agronegócio. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Gestão. 4. Responsabilidade Social Corporativa. I. Bulhões, Ronaldo, orient. II. Leismann, Edison Luiz, coorient. III. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

MORELLE MAYKON MONTEIRO MELLO

Responsabilidade social corporativa em uma propriedade do agronegócio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração Competitividade e Sustentabilidade, linha de pesquisa Sustentabilidade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

DocuSigned by:

Ronaldo Bulhões (P)

164471ECD33641B...

Orientador(a) - Ronaldo Bulhões

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Aline Dario Silveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Wesley Ricardo de Souza Freitas

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Cascavel, 15 de julho de 2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por fortalecer e dar-me saúde para realizar mais esse sonho. A concretização desse processo só foi possível devido à colaboração de muitas pessoas que me auxiliaram, em especial, a minha esposa, Ana Carolina, por acompanhar e incentivar em todos os momentos.

Em particular, agradeço aos orientadores, Professor Dr. Ronaldo Bulhões e Professor Dr. Edison Luiz Leismann, pelo apoio, pelos ensinamentos e, principalmente, pela paciência. Suas orientações foram essenciais para a concretização deste trabalho.

À direção, à coordenação e ao corpo docente do Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por todos os ensinamentos ministrados ao longo desses 2 anos de aperfeiçoamento.

Obrigado de coração a todos!

RESUMO

MELLO, Morelle Maykon Monteiro (2022). Responsabilidade social corporativa em uma propriedade do agronegócio. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de incorporação da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na Fazenda Alpha. A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória com base em estudo de caso único. A coleta de dados efetivou-se por meio de pesquisas qualitativas obtidas mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais e observação espontânea. Para a análise e tratamento dos dados, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo e, para implementar melhorias, foi utilizado o Ciclo PDCA. Os resultados mostraram que a implementação da RSC na Fazenda Alpha está em fase inicial, de maneira que já adotam algumas práticas relacionadas aos sete temas centrais da ISO 26000. Sugere-se, como pesquisas futuras, um novo estudo na propriedade, a fim de averiguar se houve ou não a incorporação das práticas de Responsabilidade Social e seus resultados.

Palavras-chave: Agronegócio; Desenvolvimento Sustentável; Gestão; Responsabilidade Social Corporativa.

ABSTRACT

MELLO, Morelle Maykon Monteiro (2022). Corporate social responsibility at an agribusiness property. Dissertation (Professional Master's in Administration) – Graduate Program in Administration (PPGAdm) – Western Paraná State University, Cascavel, PR, Brazil.

This research analyzed the process of incorporating Corporate Social Responsibility (CSR) at Alpha Farm. The methodology used was exploratory research based on a single case study. Data was collected through qualitative research by analyzing documents, interviews, personal statements, and spontaneous observation. The content analysis technique was used for data analysis and treatment, and the PDCA Cycle was used to implement improvements. The results showed that the implementation of CSR in Alpha Farm is in the initial phase, so they already adopt some practices related to the seven core themes of ISO 26000. For future research, a new study on the property is suggested to determine whether or not there was the incorporation of Social Responsibility practices and their results.

Keywords: Agribusiness; Sustainable Development; Management; Corporate Social Responsibility.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 - Temas Centrais da ISO 26000..... | 22 |
| FIGURA 2 - Estrutura do Programa Brasileiro de Certificação..... | 23 |
| FIGURA 3 - Estrutura geral da ABNT NBR 16001:2012..... | 27 |
| FIGURA 4 - Ciclo PDCA e controle de processos..... | 37 |

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Ciclo PDCA como planejamento e controle das ações a serem executadas.49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPIC - Associação de Apicultores de Caarapó

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

APP - Área de Preservação Permanente

DH - Direitos Humanos

eWOM - Boca a boca eletrônico

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFC - Corporação Financeira Internacional

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

ISO - Organização Internacional para Padronização

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PBCRS - Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social

PDCA - Planejar, fazer, verificar e agir

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPL - Pessoas, Planeta e Lucro

RS - Responsabilidade Social

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SGI - Sistema de Gestão Integrado

SGRS - Sistema de Gestão de Responsabilidade Social

TBL - Tripé da sustentabilidade

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | QUESTÃO DE PESQUISA | 16 |
| 1.2 | OBJETIVOS | 16 |
| 1.2.1 | Geral | 16 |
| 1.2.2 | Específicos..... | 17 |
| 1.3 | JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA | 17 |
| 1.4 | ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO | 18 |
| 2 | REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS | 19 |
| 2.1 | DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 19 |
| 2.2 | DIRETRIZES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL: ISO 26000 E NBR 16001 | 21 |
| 2.2.1 | ISO 26000..... | 21 |
| 2.2.2 | NBR 16001 | 23 |
| 2.2.3 | Práticas e políticas que tornam a empresa responsável socialmente | 28 |
| 2.2.4 | Principais dificuldades e limitações para incorporação da RSC | 29 |
| 2.3 | RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO AGRONEGÓCIO | 30 |
| 2.4 | EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NO MUNDO | 32 |
| 3 | MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA DA PRODUÇÃO TÉCNICA..... | 35 |
| 3.1 | DELINEAMENTO DA PESQUISA..... | 35 |
| 3.2 | PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS..... | 35 |
| 3.3 | PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DE DADOS | 36 |
| 3.4 | LIMITAÇÕES DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA | 38 |
| 4 | ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS | 39 |
| 4.1 | CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA EM ESTUDO..... | 39 |

| | | |
|----------|--|-----------|
| 4.2 | IDENTIFICAÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO DOS GESTORES DA FAZENDA ALPHA SOBRE RSC: NBR 16001 E ISO 26000 | 41 |
| 4.3 | IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGO DE PRÁTICAS RELACIONADAS AOS TEMAS CENTRAIS DA ISO 26000 NA FAZENDA ALPHA | 43 |
| 4.4 | PROPOSTA DE INTERVENÇÃO | 47 |
| | Ação 1. Treinamento e conscientização | 47 |
| | Ação 2. Práticas de trabalho | 48 |
| | Ação 3. Meio ambiente..... | 48 |
| | Ação 4. Questões relativas ao consumidor..... | 48 |
| | Ação 5. Envolvimento e desenvolvimento da comunidade..... | 49 |
| 4.4.1 | CONTROLE E ACOMPANHAMENTOS DAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS | 49 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 52 |
| | REFERÊNCIAS | 53 |
| | APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA..... | 59 |
| | ANEXO 1: FOTOS DO CONFINAMENTO (BOITEL)..... | 61 |

1 INTRODUÇÃO

Em uma economia globalizada, as empresas enfrentam situações complexas, sobretudo devido às modernas demandas advindas dos novos hábitos alimentares, do crescimento populacional, do desenvolvimento tecnológico (Bruni & Santucci, 2016) e, mais recentemente, devido à epidemia de COVID-19 (Fiocruz, 2020). Tais fatores provocam aumento da produção de alimentos, a qual deve ocorrer em consonância à preservação ambiental (Ranangen & Zobel, 2014).

Em virtude da preocupação ambiental, surgiram os primeiros estudos sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC), na década de 1950, inaugurando a chamada “era moderna” quanto à conceituação de RSC, embora se tenham referências antes desse período sobre tal temática. Entretanto, foi apenas em 1953 que Howard Bowen publicou o livro “*Social Responsibilities of the Businessman*”, sendo, por isso, considerado como o “pai da RSC” (Carroll, 1999; Gendron, 2000; Garriga & Mele, 2004).

O termo Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está em constante evolução. A exemplo disso, a *RSC international* – organização sem fins lucrativos – comunicou o surgimento da “nova RSC” (*Sustentabilidade & Responsabilidade Corporativa*) ou, ainda, denominada de RSC 2.0, que é considerada como organização de apoio à transição da “antiga RSC” ou RSC 1.0 (Carroll & Shabana, 2010).

Carroll e Shabana (2010) analisam a atuação da responsabilidade social corporativa em países em desenvolvimento, compreendendo a RSC na investigação no nível macro, ou seja, torna as indústrias, as empresas e as circunstâncias específicas como foco de julgamento. Desse modo, esse nível de análise passou de macrossocial para o organizacional ao se vislumbrar de perto o desempenho financeiro (Raj, Kuznetsov, Arun, & Kuznetsova, 2019).

O desempenho financeiro correlacionado às iniciativas de RSC trata-se de uma nova abordagem do “novo mundo da responsabilidade social corporativa”, uma vez que o “estilo antigo” dos anos de 1960 e 1970 foi movido por considerações sociais (Vogel, 2005).

Ao traçar uma linha sobre o panorama ambiental, tem-se a emissão de poluentes, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, além das alterações climáticas. No aspecto social, os direitos humanos essenciais estão centrados na alimentação adequada e sem perigo à saúde pública (Segerson, 1999; Sodano, 2012). Quando se trata de alimento, no segmento do agronegócio, a implantação crescente dos sistemas agroalimentares globais traz efetivos riscos socioambientais, os quais promovem trabalho árduo (Godard & Aruldas, 2014).

Nesse sentido, a importância da ampliação da responsabilidade social no setor do agronegócio, como forma de desenvolvimento sustentável, tal como na saúde animal, na percepção das empresas compradoras e nas intenções de compras, leva não só ao amparo do meio ambiente, como também à redução dos custos e aumento do rendimento financeiro (Mazur-Wierzbicka, 2015).

Diante desses novos desafios de não só produzir de forma competitiva, como também, concomitantemente, atendendo aos requisitos legais de mitigar os riscos socioambientais, as atividades dos sistemas agroalimentares globais têm sido destacadas e pesquisadas.

Sobre a implementação da RSC no agronegócio, as questões ambientais referem-se à utilização de pesticidas, ao reflexo na saúde dos empregados e à sanidade da água (Smith & Feldman, 2004). Para que haja um comprometimento efetivo das empresas do agronegócio na implementação de ações e práticas de RSC, tais empresas não devem só cumprir os objetivos legais, mas também promover ações e fazer investimentos em torno da responsabilidade social corporativa (Lozano, Romero, & Serrano, 2003; Chiles *et al.*, 2018).

É nesse ambiente de conhecimento e aplicação da RSC que se desenvolve o presente trabalho na Fazenda Alpha, no município de Paranaíba, no estado do Mato Grosso do Sul. O município de Paranaíba está localizado na costa leste do estado de Mato Grosso do Sul, sendo que 78%, aproximadamente, da área do município é voltada para pastagens destinadas à pecuária (IBGE, 2017). Desse modo, o setor da pecuária possui uma grande representação não só a nível estadual, como também nacional. Isso porque, em 31/12/2020, o quantitativo do rebanho era de 501.394 bovinos, ficando, nesse mesmo período, em 7º lugar no estado de Mato Grosso do Sul e 41º em nível de Brasil, de acordo com o (IBGE, 2021).

A partir dos dados apresentados, observa-se que a maior parte do município é utilizada para a pecuária na modalidade extensiva, uma vez que se trata de pequenos e médios produtores locais. É nesse ambiente que se se instalou, no município, a empresa em análise com uma nova visão sobre a forma de criar bovinos.

A empresa em análise trabalha tanto com o confinamento quanto com a pecuária extensiva de gado. A primeira modalidade é desenvolvida na Fazenda Alpha, em Paranaíba/MS, cuja capacidade aproximada é para 10.000 animais. Nessa propriedade, grande parte da ração utilizada no confinamento é produzida pela própria fazenda, em uma área de 3.000 hectares de plantação.

Além dos bovinos próprios, a Fazenda Alpha também possui a modalidade boitel, a qual consiste em parcerias, visto ser atrativo para investidores a curto prazo. Isso porque os

animais de confinamento adquirem um acabamento de carcaça com melhor qualidade em relação àqueles bovinos criados na pecuária extensiva.

Na Fazenda Alpha, também é desenvolvida a pecuária de corte com, aproximadamente, 6.000 animais. Quanto ao manejo dos animais, é realizada a rotação de pastos, para garantir a conservação do solo e a qualidade da forragem. É importante mencionar que será essa a propriedade em análise no presente trabalho.

Quanto ao tema relacionado à RSC, o grupo da empresa em análise foi indicado como uma das 10 empresas que adotam práticas de Responsabilidade Social no Brasil, de acordo com o Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa, em novembro de 2000. Já em 2001, o grupo da empresa em análise foi classificado pela Revista Exame como uma das 11 empresas modelo de Responsabilidade Social Corporativa.

Em virtude dessas ações, em 2002, foi criado o Instituto de Responsabilidade Social empresa em análise, com a finalidade de centralizar as ações já desenvolvidas quanto aos programas sociais voltados para a área da educação, da cultura, do esporte e do voluntariado para crianças, adolescentes e jovens.

Dessa forma, o grupo da empresa em análise tem como missão “desenvolver relacionamentos e soluções inovadoras que gerem negócios sustentáveis com valor percebido”, de maneira que a visão do Grupo é “Gente servindo Gente” e os valores, segundo o próprio fundador, têm por base que “Cliente, nossa razão de existir. Agir com integridade. Desenvolver e reconhecer talentos. Ser empreendedor. Compromisso com a sustentabilidade” (Algar, 2022).

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Quais as práticas de responsabilidade social corporativa são desenvolvidas na Fazenda Alpha?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar o processo de incorporação da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na Fazenda Alpha.

1.2.2 Específicos

- a) Identificar o conhecimento das normas da RSC pelos Gestores da Fazenda Alpha: NBR 16001 e ISO 26000;
- b) Identificar o emprego de práticas relacionadas aos temas centrais da ISO 26000 na Fazenda Alpha;
- c) Propor intervenção sobre adoção e utilização das práticas de RSC.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA

A propriedade rural em análise trouxe uma forma distinta de se realizar pecuária daquela praticada localmente, visto que grande parte dos produtores da cidade de Paranaíba/MS são pequenos e médios e realizam pecuária extensiva. Com a vinda da Fazenda Alpha para o município, mudou-se a visão de como criar gado por meio de confinamento e, ao mesmo tempo, foram geradas parcerias com pequenos e médios produtores rurais locais. Por ser uma empresa com grandes impactos não só econômicos, mas também ambientais, ainda considerando o histórico da organização com a Responsabilidade Social Corporativa em outras empresas do grupo, faz-se necessário o estudo para verificar se e quais práticas de Responsabilidade Social são adotadas na propriedade, abrindo também a possibilidade para sugerir a implementação de algumas ações, se for o caso.

A discussão levantada pelo presente trabalho faz-se necessária, em virtude do debate sobre como concretizar o desenvolvimento econômico alinhado à sustentabilidade. Com isso, o presente trabalho visa contribuir para a comunidade acadêmica ao abordar a Responsabilidade Social sob a perspectiva do agronegócio, mais especificamente, relacionado a um confinamento de bovinos.

Além disso, objetiva-se também contribuir nos aspectos sociais e empresariais, uma vez que a implantação e a transparência de ações ambientalmente dentro dos padrões legislativos são consideradas fatores de competitividade entre as empresas, sobretudo no setor do agronegócio.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este estudo está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se a introdução, a questão de pesquisa, os objetivos e a justificativa. Já no segundo capítulo, trata-se das referências teóricas e práticas, que abordam os seguintes assuntos: desenvolvimento sustentável; diretrizes sobre responsabilidade social: ISO 26000 e NBR 16001; ISO 26000; NBR 16001; práticas e políticas que tornam a empresa responsável socialmente; principais dificuldades e limitações para incorporação da RSC; responsabilidade social corporativa no agronegócio e experiências no Brasil e no mundo.

O terceiro capítulo aborda o método e as técnicas de pesquisa da produção técnica, incluindo o delineamento da pesquisa, os procedimentos de coleta dos dados, os procedimentos e análise de dados e as limitações dos métodos e técnicas de pesquisa.

Já no quarto capítulo, apresentam-se a análise e os resultados, abordando a caracterização da empresa em estudo, a identificação do perfil dos gestores da Fazenda Alpha sobre RSC, a identificação do emprego de práticas relacionadas aos temas centrais da ISO 26000 e as propostas de intervenção. No quinto capítulo, realizam-se as considerações finais da presente pesquisa.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Neste capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica, que, com base na literatura nacional e internacional, visou embasar este estudo sobre o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social no setor do agronegócio.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apesar de a preocupação ambiental ter surgido na década de 1950, o debate sobre sustentabilidade iniciou-se nas décadas de 1960 e 1970, em decorrência do crescimento industrial ocorrido nos séculos XIX e XX (Bonnie & Huang, 2001). A discussão efetivou-se porque a sociedade começou a perceber, de forma mais crítica, as consequências do avanço industrial no meio ambiente (Bellen, 2005).

Na década de 1980, o relatório de Brundtland menciona a definição dada pelo *World Commission on Environment and Development* de que o Desenvolvimento Sustentável é “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (Brundtland, 1991). Segundo Pimenta e Nardeli (2015), o desenvolvimento sustentável busca o melhor da qualidade de vida de todos os habitantes do globo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra.

Diante do tratado, os líderes mundiais começaram a realizar conferências para debater sobre estratégias, metas e ações que versassem sobre a perspectiva ambiental. A Conferência de Estocolmo, cujo nome oficial foi Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorreu em 1972 e foi a primeira sobre essa temática a ser realizada (ONU BRASIL, 2020).

Em 1992, ocorreu, no Rio de Janeiro, Brasil, a Eco-92 ou Rio-92, ou Cúpula da Terra, que é considerada um marco na questão ambiental, em termo de política internacional, já que obteve a assinatura de 05 grandes acordos ambientais. Em 1997, houve a Agenda 21, na qual sedimentou-se a ideia de que os modelos tradicionais de crescimento dos países, indubitavelmente, precisam alinhar o crescimento industrial aos princípios do desenvolvimento sustentável (Degani, 2003).

Em 2002, ocorreu a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecido como Rio+10 na cidade de Johannesburg, na África do Sul, a qual reuniu milhares de participantes, dentre eles, chefes de Estados e de Governos, líderes de ONGs e

representantes de empresas, a fim de discutir sobre formas de melhorias para a vida das pessoas, agregado à conservação dos recursos naturais. Isso porque a população mundial aumenta gradativamente mais, fazendo com que aumente também a demanda por alimentos, água, saneamento e outros itens essenciais para a vida humana (ONU, 2020).

Em 2012, novamente, o Rio de Janeiro sediou a chamada Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável ou, como é mais conhecida, Rio+20, que resultou na elaboração do documento intitulado “O futuro que queremos”, no qual estão elencados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse documento se trata de um plano para os próximos 10 anos para a produção e consumo de forma sustentável (ONU, 2012).

Em setembro de 2015, na cidade de Nova York – sede da ONU –, os países integrantes definiram novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo prazo final é 2030. Essa iniciativa da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável ficou conhecida como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2012).

Observa-se, assim, que, a partir de 1980, o debate sobre desenvolvimento sustentável teve maior visibilidade para os líderes mundiais, os quais se reuniram, periodicamente, para discutir melhores formas de desenvolver os países sem que isso prejudique o meio ambiente.

A partir de tais debates, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual, para a Organização das Nações Unidas, por meio do relatório *Nosso Futuro Comum*, divulgado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1988), consiste naquele que busca as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Agregado a isso, para que uma sociedade seja considerada sustentável, não deve ameaçar os elementos do meio ambiente.

O conceito mais amplo sobre a temática do desenvolvimento sustentável foi proposto pelo sociólogo e consultor britânico, John Elkington (1994), ao mencionar que o tema está integrado em três dimensões, quais sejam: a econômica, a ambiental e a social. Essas dimensões ficaram conhecidas como o tripé da sustentabilidade – *Triple-Bottom Line* (TBL). Esse tripé, de acordo com Elkington (1994), é também conhecido, mundialmente, como 3P (*People, Planet e Profit*) - Pessoas, Planeta e Lucro (PPL). Contudo, atualmente, tem-se uma visão mais ampla sobre as dimensões da sustentabilidade ao abranger os aspectos econômico, social, cultural, ecológico, espacial e institucional (Sachs, 2002).

Diante disso, a sustentabilidade empresarial pode ser considerada como um conjunto de ações adotadas pela empresa com vistas ao desenvolvimento sustentável da sociedade, mas embasado no respeito ao meio ambiente. Dessa forma, para que a empresa seja considerada

sustentável econômica, ambiental e socialmente, além das atitudes práticas mencionadas, também deve agir eticamente para o seu crescimento econômico (Abrifar, 2015).

2.2 DIRETRIZES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL: ISO 26000 E NBR 16001

Com a finalidade de garantir que as empresas cumpram os compromissos assumidos na redução não só dos impactos ambientais, como também relacionados às desigualdades sociais, criaram-se normas de Responsabilidade Social (ESOLIDAR, 2021).

Em nível mundial, a ISO 26000 foi publicada pela Internacional Organization for Standardization (ISO) e tem por intuito orientar as empresas em relação aos princípios e práticas de Responsabilidade Social (Peruzzo, Borges, & Oliveira, 2018).

Em âmbito nacional, a NBR 16001 foi desenvolvida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual elenca alguns requisitos essenciais para criação e funcionamento de gestão empresarial que visa à Responsabilidade Social.

2.2.1 ISO 26000

A ISO 26000 tem por objetivo deliberar sobre práticas de Responsabilidade Sociais mais eficientes, balizadas pelas definições reconhecidas no âmbito internacional, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Morcelli & Ávila, 2016). Além disso, tal norma permite estabelecer padrões, melhores conceitos, aperfeiçoamento contínuo, análise comparativa das práticas e resultados, além de padronização nos relacionamentos adotados, de forma global (Gruninger & Oliveira, 2002).

A ISO 26000 tem como parâmetro sete princípios, quais sejam: responsabilidade; transparência; comportamento ético; consideração pelas partes interessadas; legalidade; normas internacionais e direitos humanos (Biazini Filho, 2014).

Além desses princípios, a normatização ainda menciona alguns temas centrais que envolvem as seguintes áreas: direitos humanos; práticas de trabalho; meio ambiente; práticas legais de operação; questões relativas ao consumidor; desenvolvimento e envolvimento comunitário; governança organizacional, tal como demonstrado na Figura 1 (Biazini Filho, 2014).



Figura 1. Temas Centrais da ISO 26000
Fonte: Biazini Filho (2014).

De acordo com o INMETRO (2021), quando se fala em Direitos Humanos [DH], significa incluir *due dilligence*, situações de risco para os DH; como evitar cumplicidade; resolução de queixas; discriminação e grupos vulneráveis; direito civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais; princípios e direitos fundamentais do trabalho.

Já em relação às práticas no trabalho, não se refere apenas ao emprego direto, mas também ao terceirizado e ao trabalho autônomo, de maneira a abarcar toda a relação trabalhista, tal como as condições e proteções ao trabalhador, além da saúde, segurança e treinamento do ambiente de trabalho, entre outros aspectos relevantes.

Quanto ao meio ambiente, visa-se o seu uso sustentável, de modo a não apenas proteger e restaurá-lo, mas também prevenir a poluição, mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas.

Em relação às práticas leais de operação, tem por escopo a concorrência leal, de maneira a respeitar os direitos de propriedade. Além disso, utiliza-se das influências políticas de modo responsável e com práticas anticorrupção. E, especialmente, há a utilização da responsabilidade social na organização.

Quanto às questões relativas ao consumidor, trata-se das práticas de saúde e segurança, do marketing leal, a fim de abolir as práticas contratuais injustas. Também, visa ao consumo sustentável, ao atendimento e solução das queixas do consumidor.

Ao se falar em envolvimento comunitário, refere-se à geração de emprego, à capacitação do trabalhador, ao desenvolvimento e acesso às tecnologias, ou seja, em investimento social.

Por fim, tem-se a governança organizacional que se trata da delegação e controle do poder, isto é, da tomada de decisão. Observa-se que esse tema central se refere como a empresa deve agir, com o escopo de incorporar, cotidianamente, os princípios e as práticas relacionadas à responsabilidade social.

2.2.2 NBR 16001

A NBR 16001 visa demonstrar a preocupação ambiental não só aos clientes das empresas, mas também à sociedade como um todo, de que a organização empresarial atende às diretrizes de Responsabilidade Social (INMETRO, 2021). Isso é realizado por meio do Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social (PBCRS), o qual é composto pelos órgãos, conforme Figura 2.



Figura 2. Estrutura do Programa Brasileiro de Certificação
Fonte: INMETRO (2021).

O órgão responsável não só pelo gerenciamento do Programa, como também pela definição dos elementos para certificação e para a avaliação das empresas é o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Já o órgão que realiza a proposição das normas técnicas, é a ABNT. E, quanto à acreditação para certificação, essa é realizada pelo INMETRO, o qual é responsável pelas auditorias nas empresas e realização da

emissão do certificado para aquelas que cumprem os requisitos elencados na norma, de forma a levar a marca do INMETRO (Castelo Branco, Pereira & Rodrigues, 2020).

Segundo Peruzzo *et al.* (2018), tal normatização utiliza o método PDCA, que é baseado no ciclo *Plan-Do-Check-Act* e significa planejar, fazer, verificar e agir. Além disso, desde que a empresa atenda aos requisitos da Responsabilidade Social, pode ser aplicada em todos os tipos e portes de organização (pequena, média e grande) e setor (governamental, ONGs ou setor privado) (Castelo Branco *et al.*, 2020).

Portanto, tais normatizações são complementares, uma vez que a ISO 26000 realiza orientações às empresas a fim de adotarem práticas mais sustentáveis. Porém, não há certificação. Já a NBR 16001, integra-se, de maneira oficial, ao Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social (ESOLIDAR, 2021). Portanto, a NBR 16001 trata de uma norma cuja finalidade é a certificação da empresa aliada à Responsabilidade Social (Castelo Branco *et al.*, 2020).

O INMETRO (2021) salienta que a NBR 16001 estabelece requisitos mínimos para que a empresa implemente a Responsabilidade Social, tais como:

- a) a responsabilização a transparência - significa que se deve fornecer informações claras e objetivas às partes interessadas, quanto aos fatos que possam afetá-las, a fim de auxiliar as partes na tomada de decisão. Isso porque a organização deve responsabilizar-se pelas consequências advindas de suas ações;
- b) o comportamento ético - agir de maneira correta, considerando a honestidade, a equidade e a integridade, em relação não apenas às pessoas, mas também com os animais e o meio ambiente;
- c) o respeito pelos interesses das partes interessadas – quando se menciona “partes interessadas” ou *stakeholder*, significa qualquer indivíduo ou grupo que sejam interessados em uma decisão ou mesmo em uma atividade de alguma organização. Há aqueles indivíduos ou grupos que não têm consciência de que são partes interessadas em determinado assunto, apesar de seus interesses serem afetados, tal como as futuras gerações, e, ainda há aqueles que necessitam de auxílio para que seus interesses sejam resguardados, tais como os vulneráveis, a exemplo das crianças. Diante disso, tal princípio da RSC visa respeitar os interesses desses indivíduos ou grupos.
- d) o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização - quanto aos requisitos mínimos, quando se fala de relacionamento ao atendimento aos requisitos não só legais, como também àqueles subscritos pela organização significa aplicar a legislação legal e regulamentar sobre a temática nas organizações.
- e) o respeito às normas internacionais de comportamento – quanto ao respeito às normas internacionais de comportamento, o intuito é concretizar as diretrizes previstas

nos acordos internacionais sobre a temática da RSC, apesar de não haver obrigatoriedade legislativa na localidade.

f) o respeito aos direitos humanos - quando se fala em respeitar os direitos humanos, visa-se também reconhecê-los como sendo universais, isto é, aplicável a todos os povos, indistintamente. Assim, quando se trata de tal temática ligada à RSC, o objetivo é resguardar as atividades das organizações, a fim de não os transgredir.

g) a promoção do desenvolvimento sustentável - por fim, observa-se que, a partir do momento em que a empresa incorporar, em sua conduta, esses 07 requisitos mínimos, promoverá o desenvolvimento sustentável.

Tais requisitos fundamentaram a cartilha “Compreendendo a Responsabilidade Social – ISO 26000 e ABNT NBR 16001”, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, juntamente, com o INMETRO, a ABNT e o Fórum Governamental de Responsabilidade Social, a qual menciona os benefícios e vantagens para as empresas ao adotarem a Responsabilidade Social, como:

- estímulo a um processo decisório fundamentado e baseado em uma melhor compreensão das expectativas da sociedade, das oportunidades associadas à responsabilidade social e dos riscos de não ser socialmente responsável (incluindo-se, nesse aspecto, a possibilidade de um melhor controle dos riscos legais) e dos riscos de não ser socialmente responsável;
- melhoria das práticas de gestão de risco da organização;
- melhoria da reputação da organização e promoção de uma maior confiança por parte do público;
- suporte à licença de operação de uma organização;
- geração de inovação;
- melhoria da competitividade da organização, incluindo acesso a financiamento e status de parceiro preferencial;
- melhoria do relacionamento da organização com as suas partes interessadas, dessa forma, expondo a organização a novas perspectivas e ao contato com diferentes partes interessadas;
- aumento da fidelidade, do envolvimento, da participação e da moral dos empregados;
- melhoria da saúde e segurança dos trabalhadores de ambos os sexos;
- impacto positivo na capacidade da organização de recrutar, motivar e reter seus empregados;

- economia resultante do aumento de produtividade e eficiência no uso dos recursos, redução no consumo de energia e água, redução do desperdício e recuperação de subprodutos valiosos;
- maior confiabilidade e equidade das transações, por meio de envolvimento político responsável, concorrência leal e ausência de corrupção;
- prevenção ou redução de possíveis conflitos com consumidores referentes a produtos ou serviços (INMETRO, 2021).

Dessa forma, para que a empresa implemente e coloque em prática as políticas sobre Responsabilidade Social, em seu cotidiano, consoante a cartilha “Compreendendo a Responsabilidade Social – ISO 26000 e ABNT NBR 16001”, são necessários os seguintes elementos:

- a) competência, treinamento e conscientização: para que o Sistema de Gestão de Responsabilidade Social (SGRS) da empresa seja eficiente, necessita de pessoas competentes; para isso, essas devem receber treinamentos essenciais e serem conscientes sobre seus atos;
- b) engajamento das partes interessadas: é essencial conhecer as partes interessadas, bem como os interesses e expectativas dessas partes;
- c) comunicação: trata-se de uma forma fundamental para a SGRS;
- d) controle operacional: é basicamente o controle sobre os impactos significativos que ocorrem na empresa;
- e) tratamentos de conflito e desavenças: mesmo seguindo todos os parâmetros elencados, anteriormente, ainda assim é possível surgir conflito do âmbito organizacional. Dessa forma, é fundamental haver mecanismos para solucioná-los (INMETRO, 2021).

Com base nisso, para que a organização consiga a documentação a fim de ser uma empresa certificada nas normatizações da NBR 16001, é necessário que apresente Manual do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, os procedimentos e registros, de acordo com a cartilha “Compreendendo a Responsabilidade Social – ISO 26000 e ABNT NBR 16001”.

Para cumprir a norma da ABNT NBR 16001, foi estabelecido um modelo de Sistema de Gestão da Responsabilidade Social (SGRS), conforme demonstrado na Figura 3.



Figura 3. Estrutura geral da ABNT NBR 16001:2012
Fonte: INMETRO (2021, p. 33).

A Figura 3 representa a estrutura norma, de forma geral. A seção “Escopo” visa aos compromissos básicos, os objetivos e algumas considerações a respeito da norma e da sua implementação. A seção “Termos e definições” menciona os conceitos basilares para que a norma possa ser aplicada. A seção 3 “Requisitos do sistema de gestão da Responsabilidade Social” – correspondente aos itens 3.2 a 3.6 – é a pedra fundamental da norma, de forma a estabelecer os elementos inter-relacionados e interativos das políticas e objetivos da Responsabilidade Social, e como alcançá-los (INMETRO, 2021).

Quanto à política da RS, trata-se de um documento aprovado pela Alta Administração da empresa com as intenções e diretrizes da RS, de forma a orientar para o SGRS. Assim, primeiramente, quanto ao Planejamento, deve-se identificar as partes interessadas para, então, compreender quais suas expectativas e interesses. Esses parâmetros podem ser localizados no Anexo A da norma.

Após identificar as partes interessadas, bem como suas expectativas e interesses, faz-se necessário levantar o que se chama de *due diligence*, ou seja, elencar os impactos causados pela empresa na sociedade, na economia e no meio ambiente.

Logo, passa-se para a fase de implementação e operação, nas quais são necessários alguns elementos para o funcionamento da SGRS, quais sejam: competência, treinamento e conscientização; engajamento das partes interessadas; comunicação; controle operacional; tratamento de conflitos e desavenças.

Em seguida, a norma estabelece alguns requisitos de documentação, tais como o manual do sistema de gestão de RS, os procedimentos e os registros. E, por fim, com o escopo de garantir que a SGRS continue eficaz após a implementação, são essenciais alguns mecanismos de medição, análise e melhoria. Isso se efetiva por meio de acompanhamento mensal desses indicadores de RS, com auditorias internas, avaliação periódica do cumprimento dos requisitos legais e outros. Tal processo é fundamental para se visualizar os resultados obtidos e os problemas percebidos, a fim de que se possa corrigir as falhas e melhorar a sistemática.

2.2.3 Práticas e políticas que tornam a empresa responsável socialmente

A partir do exposto, passa-se a analisar quais práticas e políticas adotadas pela empresa fazem com que essa se torne responsável socialmente; isso porque, além do aumento do desempenho financeiro (Orlitzky, 2005), a empresa terá, como outros benefícios, por exemplo, a melhora na reputação corporativa.

Isso significa que a empresa terá uma melhor imagem perante a sociedade do que a concorrente, que não adota medidas de responsabilidade social, ou seja, terá uma boa reputação não só perante os clientes, mas também em relação aos fornecedores e concorrentes (Fombrun, Gardberg, & Barnett, 2000; Branco & Rodrigues, 2006).

Além desses, a boa imagem de uma organização reflete também nos colaboradores, pois pessoas que tenham maior interesse em trabalhar com empresas que adotem políticas de RSC fazem com que haja mais intenções à candidatura de vagas nesses locais (Duarte, Gomes & Neves, 2014).

Agregado a isso, uma empresa que adota medidas de responsabilidade social está associada à satisfação no trabalho por parte desses colaboradores e no comprometimento deles com a organização, já que há uma identificação com a empresa, em decorrência do sentimento de orgulho em pertencer a ela (Carroll, 2015); isso faz com que haja um desempenho de produtividade melhor (Slack, Corlett, & Morris, 2015).

Além desses benefícios já mencionados, outra vantagem em ser uma empresa que adota políticas e práticas de responsabilidade social refere-se à aquisição de novos investimentos. Isso ocorre, por exemplo, quando a organização investe em recursos intangíveis, o que dificulta a concorrência de plagiar o produto, sendo, pois, um importante

fator estratégico, em virtude da diferenciação no mercado que a empresa possuirá (Llore, 2016; Porter & Kramer, 2006).

Percebe-se, portanto, que, além da preocupação com a temática social, ambiental e econômica, as organizações têm se atentado mais com as questões relativas à responsabilidade social (Heleno, 2008), em virtude dos inúmeros benefícios que as adoções dessas práticas possam favorecer, sobretudo, quanto à questão do desempenho financeiro da organização.

2.2.4 Principais dificuldades e limitações para incorporação da RSC

Apesar dos benefícios trazidos para a empresa que adota políticas e práticas de RSC, há que se discutir as dificuldades e as limitações que essas empresas podem enfrentar. Dessa forma, uma das dificuldades apresentadas, quando da implementação de políticas e práticas voltadas à responsabilidade social, refere-se à questão cultural do país no qual essa empresa está inserida. De acordo com Koprowski, Mazzioni, Dal Magro e Rosa (2021), as organizações que estão instaladas em países com distanciamento do poder, menos aversão às incertezas, em que haja mais individualismo, feminilidade e orientação a longo prazo, são aqueles com maior rentabilidade relacionada à responsabilidade social.

Assim, as diferenças culturais entre os países instigam as atividades da empresa em diversos *stakeholders*, tal como na comunidade, nos colaboradores, no meio ambiente e no governo. Assim, esses envolvidos estão relacionados à atuação da RSC e a questão cultural do país pode determinar o interesse deles nessas políticas e práticas da empresa (Koprowski *et al.*, 2021).

Outra dificuldade apresentada por Evangelista (2010) refere-se à falta de conhecimento por parte do gestor da empresa, já que compreendem a RSC como sendo práticas que cumpram a legislação vigente quanto aos colaboradores, meio ambiente e qualidade do produto e/ou serviço ofertado. E essa falta de conhecimento faz com que haja menor competitividade entre essa empresa e aquela que adota políticas e práticas de RSC.

Há, ainda, a questão de *marketing* digital, ou seja, aquele realizado por meio de site próprio e das redes sociais da empresa. Logo, Buitrago Betancourt (2021) observou que as grandes e médias empresas sobrepujam as micro e pequenas ao utilizar essas ferramentas como forma de apresentar as ações realizadas quanto às políticas e práticas de RSC.

Apesar dessa diferenciação entre as empresas de diferentes portes, o estudo realizado na província de Sabana Centro, Cudínamarca na Colômbia, com 369 empresas em 05 estados,

verificou que essas ações, voltadas à RSC, nas empresas, ainda são baixas, devendo tal posicionamento digital ser revisto pela empresa, uma vez que a visibilidade digital reforça o posicionamento de marca e a sua credibilidade (Buitrago Betancourt, 2021).

Tal análise é corroborada com o estudo de Aguirre, Ruiz, Palazón & Rodríguez (2021) ao verificar o papel do eWOM (electronic Word of Mouth) na difusão da informação nas publicações na rede social Facebook, que possua informações sobre RSC, em relação aos conteúdos meramente comerciais. Assim, constatou-se que haverá maior divulgação quando estiver relacionado à responsabilidade social, pois haverá mais curtidas, comentários e compartilhamentos desse conteúdo.

Portanto, há alguns fatores que limitam a atuação das empresas nas políticas e práticas relacionadas à responsabilidade social, sejam elas de ordem externa ou mesmo interna das próprias organizações empresariais.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO AGRONEGÓCIO

A urbanização expôs a população à fome, assim, fez-se necessário repensar métodos de produção em grande escala, originando o agronegócio. A demanda mundial por alimentos é crescente, em virtude do célere aumento populacional. Agregado a isso, tem-se que apenas 90% das novas terras agrícolas encontram-se na América Latina e na África-Subsaariana, havendo países que não possuem formas de aumentar a fronteira agrícola, como os Estados Unidos da América.

No entanto, para que haja uma produção em grande escala, sem perdas expressivas nas safras, faz-se necessário o uso de pesticidas e fertilizantes, os quais, na grande maioria, são tóxicos ao solo. Contudo, além do grande desafio de aumentar a oferta alimentar, há ainda outros fatores que influenciam, diretamente, a produção, tal como as mudanças climáticas e a restrição dos recursos naturais, como a água (Saath & Fachinelloet, 2018; FAO, 2020).

O termo “agronegócio” é a fusão das palavras “agricultura” e “negócio”. De maneira genérica, o termo compõe o grupo de indústrias pertinentes à produção e serviços agrícolas; já de forma ampla, trata-se da conceituação de “indústria do agronegócio” – agroindústria –, a qual é vista como sinônimo de indústria de alimentos, na qual se inclui o fornecimento de sementes, agroquímicos, máquinas agrícolas, distribuição, processamento, varejo e marketing (Gonzalez-Perez, McDonough & Raghavendra, 2006).

As preocupações ligadas a questões ambientais, como emissão de poluentes, esgotamento dos recursos naturais renováveis e contribuição para as alterações climáticas, exigem a implementação da RSC. Nesse sentido, apesar de ser um processo rigoroso diante das exigências das normatizações, mas que lhes dão vantagens competitivas, as empresas do agronegócio vêm se adequando quanto à implementação da RSC (Sodano, 2012).

Para que haja um comprometimento efetivo das empresas do agronegócio na implementação de ações e práticas de RSC, elas não devem só cumprir os objetivos legais das normas vigentes orientadoras e certificadoras, mas também promover ações e fazer investimentos em torno da responsabilidade social corporativa (Lozano, *et al.*, 2003; Chiles *et al.*, 2018).

Assim, quando a empresa investe de maneira socialmente responsável, isso favorece não apenas a ela, mas também a sociedade, uma vez que auxilia a redução das preocupações sociais e, também, melhora o crescimento das pequenas empresas do agronegócio (Gill & Mathur, 2018).

E, dentre esse investimento de forma sustentável, que deve ser realizado pela empresa, a organização deve ter como estratégia-base as atividades sociais, uma vez que, ao utilizá-las como tática comercial, a RSC traria não só meios de inovação, como também de geração de vantagem competitiva (Porter & Kramer, 2006; Friedman, 1962).

Em decorrência disso, o conceito de RSC, nas últimas décadas, tem atingido relativo consenso entre os estudiosos da área, ocasionando a Norma Internacional ISO 26000. Além dessa legislação, o Instituto Ethos¹ define a RSC como sendo a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, além de respeitar a diversidade e promover a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2018). Portanto, o Instituto Ethos tem organizado as empresas para estimular e saber se desempenham práticas de Responsabilidade Social ou não, de forma a considerar as dimensões sociais daquela.

Diante do exposto, Carroll (1991) menciona que a RSC engloba não apenas a efetividade da responsabilidade econômica, legal e ética, mas também a filantrópica. Isso

¹ Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que foi criada em 1998 por um grupo de empresários, cuja finalidade é organizar conhecimentos e fomentar maneiras para contribuir com o desenvolvimento de empresas, que se dará por meio de troca de experiências sobre responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

porque a empresa socialmente responsável deve, além de obter lucro, respeitar a legislação vigente, ser ética e cooperativa com o próximo.

Dessa forma, as organizações devem fomentar práticas de filantropia a longo prazo, evitando, portanto, ações imediatistas, pois essas trariam poucos benefícios não apenas para a empresa, como também para a sociedade. Assim, é mais plausível as ações a longo prazo, em virtude do lucro a se obter e das melhorias eficazes na comunidade (Porter & Kramer, 2006).

2.4 EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NO MUNDO

Após compreender sobre o que se trata a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), vamos abordar alguns casos de experiências de incorporação dessas práticas em propriedades tanto no Brasil quanto no mundo.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável aliado ao socioeconômico, uma das empresas que vêm ao pensamento é a Natura. Por essa razão, a empresa foi premiada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na categoria Visão Empresarial, com o prêmio “Campeãs da Terra”, em 2015, sendo a primeira empresa brasileira eleita (Monteiro, 2017).

Isso porque a identidade da marca é simbolizada pela produção sustentável, já que busca reduzir os impactos ocasionados pela atividade empresarial no meio ambiente, de forma a fomentar ações econômicas, sociais, ambientais e culturais na sociedade (Monteiro, 2017).

Uma das primeiras práticas adotadas pela Natura foi a venda direta, que consiste em uma forma democrática de obtenção de renda àqueles que desejam empreender, por meio das consultoras. Outra prática foi a iniciativa inédita de comercializar refil de produtos, de maneira a reforçar o compromisso institucional de desenvolver uma empresa biossustentável (Monteiro, 2017).

Já nos anos de 1990, a Natura desenvolveu a linha de produtos não cosméticos “Crer para Ver”, sendo os lucros obtidos revertidos para o setor da educação. Logo, criou o Instituto Natura com o escopo de contribuir para o aperfeiçoamento da educação pública em nosso país (Monteiro, 2017).

Ainda na questão social, a Natura possui relacionamento com as comunidades tradicionais, a fim de fornecer insumos de biodiversidade, de maneira a auxiliar os pequenos agricultores e famílias extrativistas. E, para concretizar essas ações, a Natura desenvolveu a linha Ekos, cujo fundamento é a valorização da cultura, da tradição e da biodiversidade brasileiras (Monteiro, 2017).

Além disso, a Natura teve grande destaque no setor empresarial ao encerrar os testes e pesquisas em animais e reduzir a produção de CO₂, tudo isso com a finalidade de diminuir os impactos ambientais na produção dos cosméticos (Monteiro, 2017).

Outro exemplo disso é o estudo sobre a percepção da RSC na Associação de Apicultores de Caarapó (AAPIC), município localizado também no Mato Grosso do Sul, o qual constatou que os produtores têm grande preocupação com o meio ambiente, especialmente, quanto ao reflorestamento, vez que plantam mudas de árvores nas propriedades e utilizam, de maneira consciente, os agrotóxicos (Balbino, Binotto & Siqueira, 2015).

Além disso, os produtores compreendem que a adoção de práticas de RSC é um diferencial durante o processamento do produto, relacionado à qualidade e à higiene daquele. Para os associados, o simples fato de não ocorrer ingerência no processo de produção, ou seja, deixar as abelhas coletarem o néctar das flores silvestres sem interferência humana ou mecânica, já caracteriza responsabilidade social (Balbino *et al.*, 2015).

Outro exemplo de empresa que está tentando se adequar às práticas de Responsabilidade Social é a Nestlé, a qual é originária da Suíça, mas que tem campo de atuação mundial, em especial, nos países em desenvolvimento (Fernandes, 2014).

Diante disso, em 2009, a empresa lançou o Plano de Cacau – *Cocoa Plan* – que tem por objetivo a produção sustentável do cacau, não apenas na Costa do Marfim – que é um dos maiores produtores de cacau do mundo – como também nos demais países produtores, a exemplo da Indonésia, Equador e alguns países sul-americanos (Fernandes, 2014).

Tal plano tem por escopo auxiliar a rentabilidade financeira dos agricultores, para que haja a redução do trabalho infantil nas plantações, dessa forma, podem ofertar, de maneira sustentável, o cacau. Com base nisso, a Nestlé desenvolveu o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Abidjan, na Costa do Marfim, o qual distribuiu plantas de cacau mais saudáveis, de maneira que os agricultores possam comercializar um produto de maior qualidade e maior rentabilidade economicamente (Fernandes, 2014).

Isso porque a forma de cultivo de tal fruta ainda é, totalmente, manual e utilizam técnicas de mais de 100 anos; em momentos específicos da colheita daquele, faz-se necessário o auxílio de toda a família, inclusive das crianças, uma vez que os produtores, na maior parte das vezes, são pequenos agricultores. Assim, apesar da Nestlé não possuir propriedades agrícolas para plantação de cacau, há programas, como o Plano de Cacau, que visam à produção de maneira sustentável (Fernandes, 2014).

Diante do exposto, percebemos que as incorporações de práticas de RSC ocorrem nas mais diversas empresas, sejam já renomadas no mercado consumidor, como a Natura e a Nestlé, ou mesmo em empresas de pequeno porte, como o caso da Associação de Apicultores de Caarapó (AAPIC). Entretanto, o fator fundamental que grande parte das empresas vem almejando é aliar o crescimento econômico da empresa à preservação ambiental.

3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA DA PRODUÇÃO TÉCNICA

Neste capítulo, aborda-se sobre o delineamento da pesquisa, os procedimentos de coleta dos dados, o instrumento de pesquisa utilizado, o método de análise dos resultados, as limitações do método e das técnicas de pesquisa aplicadas para alcançar os objetivos deste estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à abordagem do método, caracterizou-se como pesquisa qualitativa, sendo orientada pela análise de casos concretos, considerando suas particularidades (Flick, 2009). Em uma definição genérica, compreende um conjunto de práticas materiais e interpretativas que concedem visibilidade ao mundo, uma vez que, por meio delas, se estudam os fenômenos nos cenários naturais, com a finalidade de compreendê-los e interpretá-los (Denzin & Lincoln, 2006).

Referente aos objetivos, esta pesquisa é exploratória, pois busca proporcionar maior familiaridade com o estudo com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. A pesquisa exploratória permite que se procure suprir a necessidade de acumular conhecimento e experiência em torno do problema investigado, de maneira que se apresentem, com propriedade, os fatos e fenômenos da realidade investigada (Triviños, 1987; Vergara, 1998). Significa explorar um assunto e reunir conhecimento com a finalidade de buscar novas dimensões até então não conhecidas (Raupp & Beuren, 2009).

Como método de procedimento, adota o estudo de caso, que é uma investigação empírica em seu contexto de mundo real (Yin, 2015). Seu propósito é reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno (Patton, 2002). Martins (2008) comenta que o estudo de caso é um mergulho em um objeto delimitado, que possibilita a penetração em uma realidade social.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Em pesquisas qualitativas, os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação

participante, ou seja, trata-se de uma pesquisa que visa compreender os significados de forma mais detalhada, de acordo com Lakatos e Marconi (2007).

Nesta pesquisa, a técnica principal de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas com auxílio de roteiro com perguntas abertas, conforme apêndice A, as quais foram submetidas à gravação de áudio. As entrevistas foram realizadas com os profissionais técnicos do setor da propriedade em estudo e ocorreram no período de 10/05/2022 a 27/05/2022.

Em relação à gravação de áudio, todos os quatro entrevistados foram gravados, sendo que as duas primeiras entrevistas foram realizadas presencialmente e as duas últimas entrevistas foram realizadas de modo remoto pelo aplicativo TEAMS. Essas gravações foram autorizadas pelos entrevistados e serviram para melhor análise posterior das respostas pelo pesquisador.

A observação foi participante *in loco*. Primeiramente, realizou-se visita técnica na Fazenda Alpha, em 10/05/2022, a fim de conhecer o confinamento na modalidade boitel (anexo 1). Nessa oportunidade, realizou-se entrevista com o entrevistado 01, com formação em Técnico em Agropecuária há 26 anos, sendo que há quatro está na empresa exercendo a função de coordenador de operações.

A outra entrevista realizada na fazenda foi com o Zootecnista, entrevistado 02, que possui experiência na área há três anos e seis meses, sendo quatro meses desses na Fazenda Alpha.

Posteriormente, foi realizada entrevista com o Assistente Técnico de Campo Sênior, que é Engenheiro Agrônomo e está na empresa há um ano e meio, entrevistado 03. E, por fim, com a Analista Ambiental, entrevistado 04, que trabalha há quatro anos e quatro meses na central da empresa em análise, localizada em Uberlândia/MG.

Portanto, foram quatro entrevistados, todos ligados ao grupo da empresa em análise, sendo que um trabalha na central e três na Fazenda Alpha; o período das entrevistas foi de 10/05/2022 a 27/05/2022, com duração média de 45min a 1h30min cada entrevistado.

3.3 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DE DADOS

Para a análise e tratamento dos dados, foi utilizada técnica de análise de conteúdo. Essa técnica, para Vergara (2005), é utilizada para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de um determinado tema.

Para apresentar os resultados, foi realizada uma análise descritiva, conforme relatos das entrevistas e observação do pesquisador. Os dados gravados nas entrevistas posteriormente foram descritos para sua melhor compreensão e possibilitaram reflexões em busca de maior confiabilidade e rigor da pesquisa científica.

Por fim, para análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, que, conforme (Dellagnelo & Silva, 2005), vem se mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no campo da administração no Brasil, especialmente nas pesquisas qualitativas. Constitui-se em uma técnica que trabalha os dados coletados com objetivo de identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (Vergara, 2005).

Para apresentar a proposta de intervenção, a metodologia aplicada para implementar melhorias foi o Ciclo PDCA (PLAN, DO, CHECK, ACTION). Esse método tem como objetivo a promoção da melhoria contínua, que se reflete em suas quatro fases. Praticando-as de forma cíclica e ininterrupta, acaba-se por promover a melhoria contínua e sistemática na organização, consolidando a padronização de práticas, assim, é possível evitar erros lógicos e tornar as informações de fácil entendimento (Junior, Cierco, Rocha, & Mota, 2005); é um caminho para atingir a meta (Campos, 1996).

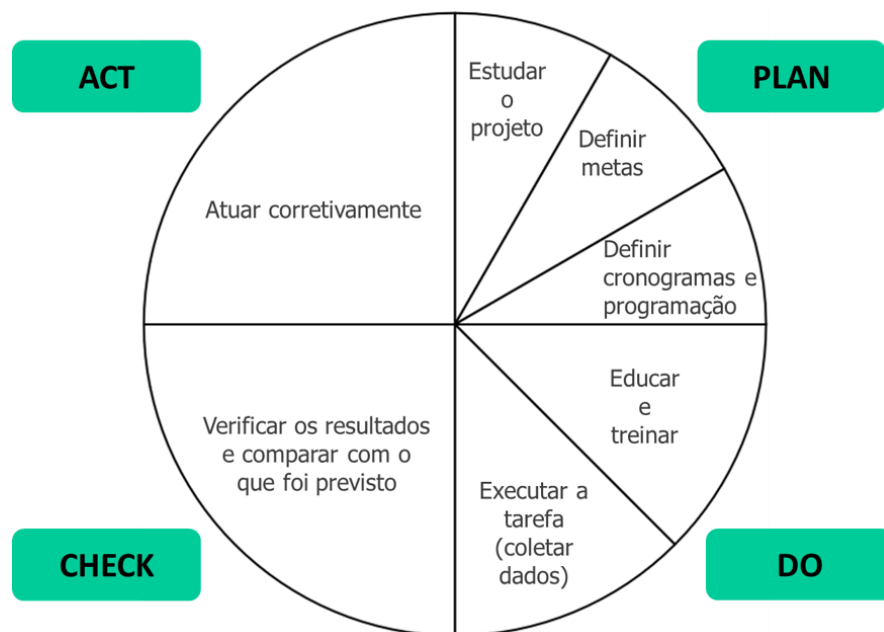


Figura 4. Ciclo PDCA e controle de processos
Fonte: Campos (2004).

Segundo Campos (2004), as etapas do ciclo PDCA são demonstradas na Figura 4 e tem o seguinte significado:

- Plan (Planejamento): corresponde ao estabelecimento da meta ou objetivo a ser alcançado, da maneira (plano) para se atingir esse objetivo.
- Do (Execução): execução das tarefas conforme prevista no planejamento e explicação da meta e do plano, de forma que todos os envolvidos entendam e concordem com o que se está propondo ou foi decidido.
- Check (Verificação): durante e após a execução, deve-se comparar os dados obtidos com a meta planejada, para se saber se está indo em direção certa ou se a meta foi alcançada.
- Action (Ação): identificar os desvios e fazer as correções definitivas, além de transformar o plano que deu certo na nova maneira de fazer.

3.4 LIMITAÇÕES DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa possui algumas limitações relativas ao próprio método de estudo de caso, que é a impossibilidade de generalização para o universo de empresas. Nesse sentido, nenhum caso é generalizável para o universo ou população. Desse modo, o objetivo do pesquisador é aprofundar conhecimentos.

Outra limitação desse estudo de caso se refere ao viés representado pela subjetividade do pesquisador. Embora possa acontecer, também pode ocorrer com outros métodos, até mesmo nos quantitativos, devendo ser mitigado por meio do uso de técnicas conhecidas, como a gravação e transcrição das entrevistas, a exemplo do que foi feito nesta pesquisa. (Yin, 2015).

Pelo fato dos dados serem coletados em contexto único, não foi possível fazer uma análise comparativa dos dados obtidos nas entrevistas, o que poderia ser realizado com a coleta de dados em outras propriedades e, até mesmo, em outros municípios.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Como mencionado no capítulo anterior, o presente trabalho versa sobre a empresa denominada Fazenda Alpha, a qual é do ramo do agronegócio, uma vez que possui atividade tanto na pecuária (confinamento na modalidade boitel) quanto na agricultura.

Segundo informações dos entrevistados, boitel significa o pagamento de diária, tal como funciona em hotéis, para que a empresa tenha a guarda do animal, com o escopo de que ele engorde para abate futuro.

Assim, após entrevistas realizadas com os gestores dessa fazenda, apresentamos, neste tópico, os levantamentos realizados e os resultados obtidos, de forma a considerar os objetivos elencados nesta pesquisa com o escopo de alcançar a solução do problema de pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA EM ESTUDO

A presente pesquisa aconteceu na Fazenda Alpha, uma das propriedades da Alpha Farming que faz parte do Grupo Beta. O Grupo Beta, que possui 92 anos, é composto por 20 mil associados que servem mais de 3,5 milhões de clientes nos setores de tecnologia da comunicação, da informação, agro e entretenimento (Algar, 2022).

Nos anos 2000 e 2001, o Grupo Beta foi indicado a premiações em virtude da adoção de práticas de Responsabilidade Social. E, em decorrência disso, em 2002, foi criado o Instituto de Responsabilidade Social, para que centralizasse as ações sociais já desenvolvidas.

Além disso, é importante mencionar que a missão do Grupo Beta é “desenvolver relacionamentos e soluções inovadoras que gerem negócios sustentáveis com valor percebido”, de forma que a visão do Grupo é “Gente servindo Gente” e os valores, conforme o próprio fundador, têm por base que “Cliente, nossa razão de existir. Agir com integridade. Desenvolver e reconhecer talentos. Ser empreendedor. Compromisso com a sustentabilidade” (Algar, 2022).

Assim, para que se possa concretizá-los, o Grupo Beta, desde 2020, escolheu como modelo de gestão corporativa a estrutura administrativa formada pelo Conselho de Administração, que é constituído por sete pessoas, sendo três sem vínculos com a empresa ou com a família Garcia, de maneira que é vedado por estatuto o acúmulo de cargos executivos e no mencionado Conselho.

Também, conta com o Conselho de Sócios que é integrado por nove indivíduos entre acionistas e integrantes da família controladora, tendo por objetivo o debate sobre os três papéis essenciais do Grupo Beta, quais sejam: família, trabalhadora e proprietária.

Ainda, possui a Academia de Acionistas, que tem por função assessorar o Comitê de Educação e Desenvolvimento, com o escopo de asseverar o desenvolvimento e a formação não só dos herdeiros, mas também dos acionistas.

Além disso, o Grupo Beta possui, como sistema de governança, a adoção de práticas de governança corporativa, que auxiliam o desenvolvimento regional, e, em virtude disso, o Grupo é membro, desde 2010, do *Latin American Companies Circle of Corporate Governance*, o qual é um fórum composto por 13 empresas latino-americanas e criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela *International Financial Corporation* (IFC), do Banco Mundial.

Como mencionado anteriormente, a Fazenda Alpha é uma das propriedades que faz parte do Grupo Beta. A Alpha Farming foi fundada em 2014 com a finalidade de se tornar referência no setor do agronegócio, ou seja, da agricultura e pecuária (Algar Farming, 2022).

Para isso, tem como missão “produzir *commodities* agrícolas com excelência, visando à satisfação dos clientes, respeitando o indivíduo, a sociedade e o meio ambiente” e visão e valores iguais ao do Grupo Beta, como já descritos.

A Alpha Farming está presente em algumas cidades do estado de Minas Gerais, como Uberlândia, Tupaciguara e Monte Alegre de Minas, e, no estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Paranaíba.

As propriedades rurais da Alpha Farming contam com 23 mil hectares de área de plantio para os seguintes grãos e culturas: soja, milho, sorgo, batata, algodão, cana-de-açúcar e feijão, tendo a soja como produção em destaque para a empresa e com maior área de plantio nas fazendas (Algar Farming, 2022).

Quanto à pecuária, a Alpha Farming trabalha na modalidade confinamento e pecuária extensiva, sendo que a primeira é desenvolvida na Fazenda Alpha, na cidade de Paranaíba/MS, com, aproximadamente, 10.000 bovinos; a segunda modalidade possui, aproximadamente, 6.000 animais. Assim, a propriedade conta não só com animais próprios, mas também com parcerias, como o boitel (Algar Farming, 2022).

É importante mencionar que a maior parte da ração utilizada no confinamento é produzida pela própria propriedade rural em uma área de 3.000 hectares. Além disso, é realizado o manejo dos bovinos, a fim de se fazer uma rotação das pastagens, com o escopo de conservar o solo e a qualidade da forragem.

Para que todo esse empreendimento seja possível, a Alpha Farming se compromete com o meio ambiente e a sustentabilidade, preservando mais de 100.000 hectares de vegetação nativa, já que prioriza a “floresta em pé”. Para que isso seja possível, as propriedades rurais aliam tecnologia, a fim de almejar melhores resultados, considerando o desenvolvimento sustentável (Algar Farming, 2022).

4.2 IDENTIFICAÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO DOS GESTORES DA FAZENDA ALPHA SOBRE RSC: NBR 16001 E ISO 26000

O município de Paranaíba está localizado na costa leste do estado de Mato Grosso do Sul e, para o setor da pecuária, a área utilizada é de aproximadamente 78% para pastagens (IBGE, 2017). Desse modo, o setor da pecuária possui uma grande representação não só a nível estadual, como também nacional. Em 31/12/2020, o quantitativo do rebanho era de 501.394 bovinos, ficando, nesse mesmo período, em 7º lugar no estado de Mato Grosso do Sul e 41º em nível de Brasil, de acordo com o IBGE (2021).

A partir dos dados apresentados, observamos que a maior parte do município é utilizada para a pecuária na modalidade extensiva, uma vez que se tratam de pequenos e médios produtores locais. Assim, com a chegada da empresa em análise no município, a visão sobre a forma de criar bovinos foi modificada, a exemplo das parcerias firmadas entre esses produtores e a Fazenda Alpha para a criação de gado em confinamento (boitel).

Portanto, passamos a analisar os gestores da Fazenda Alpha, a fim de identificar o perfil e compreender o que eles entendem por Responsabilidade Social Corporativa no agronegócio, em especial, se a propriedade rural em estudo adota essas práticas.

1 – Como você define Responsabilidade Social?

Para o entrevistado 01, Responsabilidade Social significa atentar-se à questão ambiental, como as áreas de preservação permanente (APP) e reservas ecológicas. Também se refere à destinação correta para o lixo produzido na propriedade, o qual, segundo ele, recolhem e levam para o lixão municipal ou outro local, em virtude de não haver uma empresa que dê uma destinação final ao lixo. Ainda, menciona que a reciclagem é realizada, inclusive com emissão de nota fiscal na entrega do material à empresa destinatária.

Além disso, o entrevistado 01 também entende que responsabilidade social são as ações e as benfeitorias que a empresa faz para a comunidade em geral, como entrega de cestas básicas e campanhas, a saber, a do agasalho, no Natal e na Páscoa, que são realizadas inclusive com as crianças da fazenda, já que há 11 famílias residentes. O entrevistado também menciona que a Algar Farming possui um instituto que cuida dessa parte social da empresa como um todo, além de iniciativa dos próprios funcionários da Fazenda Alpha *in loco*.

Para o entrevistado 02, significa atender, de maneira mais abrangente, toda a comunidade em diversas áreas, como a questão do lixo, da saúde, da segurança do trabalho e outros. O entrevistado 03 compreende, de forma semelhante, relatando que a RS busca auxiliar o próximo de alguma forma, com ações diretas ou indiretas, como a questão social. O entrevistado 04 compreende tal realidade como os deveres e as obrigações, tanto do associado quanto da empresa com a sociedade em geral.

2 - Você tem conhecimento da NBR 16001 e ISO 26000?

Entrevistado 01 menciona que já ouviu falar, mas não sabe profundamente sobre o tema, relatando que, na central (Uberlândia/MG), estão passando por auditoria para certificação, a fim de poder exportar milho.

Entrevistado 02 relata que viu a matéria na faculdade, mas não se recorda. Entrevistado 03 não tem conhecimento sobre as normas. Entrevistado 04 não tem conhecimento sobre as normas.

3 – A organização onde trabalha possui alguma certificação ISO?

Todos os entrevistados, de forma unânime, informaram que a Fazenda Alpha não possui nenhuma certificação.

4 – Se não possui certificação, está buscando alguma?

Entrevistado 01, entrevistado 02 e entrevistado 03 não possuem conhecimento; já entrevistado 04, informa que a central tem interesse na certificação, em relação às 03 normas do SGI (Sistema de Gestão Integrado), que contempla as normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, sendo que, inclusive, ela passará por cursos para implementar as normas entre esse ano e o posterior.

5 – Vocês publicam algum tipo de relatório social?

Entrevistado 01 e entrevistado 02 mencionam que a Algar Farming possui uma organização que envolve todas as fazendas do grupo, que aborda as questões sociais, sendo que a Fazenda Alpha tem destaque quanto à quantidade de doação realizada para a comunidade.

Entrevistado 03 menciona que tem alguns programas, como o de voluntariado, que tem como objetivo arrecadar alimentos e roupas para quem precisa, dentre outros relatórios internos postados nas redes sociais. Entrevistado 04 cita que a fazenda não possui relatório sobre responsabilidade social.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGO DE PRÁTICAS RELACIONADAS AOS TEMAS CENTRAIS DA ISO 26000 NA FAZENDA ALPHA

1 – Governança organizacional

Para entrevistado 01, quando se trata de grandes questões – como investimentos –, a palavra final é do diretor, sendo realizado um levantamento das demandas, elaborado um projeto e a diretoria avalia o recurso financeiro disponível.

Entretanto, entrevistado 01 menciona que, se é uma questão mais simples, os gestores locais possuem mais autonomia, sendo que, se for algo possível de prever a necessidade, faz-se o pedido para o setor administrativo, o gestor da unidade aprova e logo é encaminhado para o departamento de compras para fazer a cotação, concretizando-a, a fim de manter um estoque mínimo na propriedade. Mas, se é uma situação emergencial, a tomada de decisão é instantânea na própria unidade, pois o processo (produção) não para, não importa o valor do produto ou serviço prestado, sendo comunicado à central via e-mail, posteriormente, sobre o ocorrido.

Para o entrevistado 02, há hierarquia, mas todos os assuntos são colocados em pauta, discutem e tomam as decisões em conjunto na fazenda. Já aqueles assuntos mais técnicos, são deliberados pela pessoa que tem aquele conhecimento. Para entrevistado 03, quando há questões com maior impacto, a central é que define, mas, quando se trata de outros assuntos, é decidido internamente, em conjunto. Para o entrevistado 04, a Fazenda Alpha tem os cargos

de liderança, os quais possuem autonomia para tomar decisão, e, apenas em casos específicos é que se aciona a central, a qual possui 03 diretores.

2 – Direitos Humanos

Entrevistado 01 e entrevistado 02 entendem que se refere à comunidade, a exemplo, a reforma das cinco e construção de seis casas dos trabalhadores fixos, que residem na propriedade. E, além dos 50 trabalhadores fixos, possui terceirizados que podem chegar a um total de 65 a 70 pessoas na propriedade, pois são contratados, principalmente, no momento da colheita e plantio.

Assim, são disponibilizados alojamentos para 40 pessoas e as demais ficam na cidade, sendo essa situação informada antes da contratação. Além desse, há outro alojamento para 16 pessoas, mas, no momento, está inoperante, em virtude da falta de camas, conforme a legislação determina. Quanto às famílias residentes na propriedade, a maioria possui crianças que estudam na cidade, pois a prefeitura disponibiliza uma van para buscá-los.

Para o entrevistado 03, refere-se à reforma das moradias e às campanhas realizadas. Para o entrevistado 04, quando se fala sobre a questão social, tem um comitê de voluntariado do grupo da empresa em análise; também tem o seu, cuja responsabilidade são as ações desenvolvidas.

3 - Práticas de trabalho

Entrevistado 01 menciona que sempre existiu segurança do trabalho, mas, atualmente, a cobrança é mais rígida. E, internamente, os gestores antes apenas orientavam sobre o uso dos equipamentos de segurança, já hoje pedem como obrigatório; a exemplo, demitiram um funcionário na semana anterior por não usar o capacete e ter se negado a assinar a advertência. Quanto às questões trabalhistas, menciona que são rigorosos, inclusive com os terceirizados, possuindo uma extensa lista de documentação necessária para que prestem serviço para a fazenda, a exemplo da comprovação do recolhimento do FGTS.

Além disso, o entrevistado 01 menciona que tem dificuldade na mão de obra, pois falta pessoas interessadas em trabalhar. E, caso precisem de uma especialidade específica, busca-se fora, mas, se há algum trabalhador interessado, dá preferência para que esse melhore de cargo dentro da fazenda. Entrevistado 02 menciona sobre as práticas de trabalho, em que há integração, momento em que apresentam as normas da empresa. Além disso, há um

aplicativo, que ainda não está em funcionamento, que dá treinamentos. E, para ela, a empresa preza muito pelo desenvolvimento e fomenta o treinamento dos funcionários.

Para o entrevistado 03, sobre as práticas de trabalho, quando a vaga disponível requer um treinamento específico e com maior carga de responsabilidade, contrata a pessoa e essa, posteriormente, dá treinamento para os colaboradores que já estão na fazenda, a fim de que possam trabalhar em conjunto. Contudo, se o colaborador quiser aprender, sempre há oportunidade. O entrevistado ainda menciona que há um longo caminho a percorrer para obter um nível satisfatório sobre as práticas de trabalho, a exemplo, não possuir um eletricista na fazenda. Mas, quando se trata de segurança do associado, há uma grande preocupação com a utilização de EPIs, sendo advertidos pelo não uso.

Entrevistado 04 menciona que há grande preocupação com a segurança do trabalho e que a empresa disponibiliza diversos cursos para os associados, pois investe muito em pessoas.

4 - Meio ambiente

Entrevistado 01 menciona que há uma grande preocupação com a química do solo, a exemplo da rotação de culturas realizada na agricultura, pois realizam 03 safras ao ano (milho – feijão – soja). Além disso, efetivam levantamento topográfico, com a finalidade de não causar erosão, a fim de não chegar ao rio; também se preocupam com a irrigação ambientalmente aprovada, com a derrubada de árvores com licença.

Entrevistado 01 ainda afirma que, quanto à produção de energia, a solar é, economicamente, inviável pelo custo de instalação no momento, mas que tem projeto futuro para suprir as necessidades da fazenda.

Para o entrevistado 02, há uma preocupação com o solo, já que antes a propriedade era baseada na pecuária extensiva e, no pensamento atual, é inconcebível essa modalidade de pecuária. Assim, começou a transformar os pastos degradados em agricultura, apesar do solo arenoso e do regime de chuvas irregular; utilizam pivôs para irrigação, com a finalidade de driblar essas adversidades.

Para o entrevistado 03, em relação ao meio ambiente, uma das maiores preocupações consiste nos defensivos agrícolas, já que os utilizam dentro das normas, fazem o descarte necessário e a tríplice lavagem das embalagens, sendo, posteriormente, encaminhado para uma fábrica em Araguari/MG que faz a destruição da embalagem. Além disso, menciona que

a captação de água do rio possui uma balsa, a qual tem um relógio que faz a contagem de litros de água retirados diariamente.

Para o entrevistado 04, a empresa tenta fazer o mínimo de ações possível para danificar o meio ambiente, pois preza muito pela preservação ambiental, adotando diversas práticas para fazer uma agricultura sustentável e de precisão, além de utilizar técnicas de preservação do solo. No confinamento, faz a compostagem dos estrumes gerados pelo gado para enriquecer o solo na parte da agricultura, com a finalidade de diminuir a utilização de fertilizantes químicos no solo.

O entrevistado 04 ainda menciona que realizam práticas de reciclagem e a verba auferida é revertida para ações sociais. Também, mencionou que a empresa preza por preservar os recursos hídricos e o uso consciente da irrigação. Por fim, a entrevistada menciona que, na Fazenda Alpha, há uma economia circular, pois produz quase todo o milho utilizado no confinamento e desse utiliza o composto orgânico (estrupe) para adubar o solo na agricultura.

5 – Práticas leais de operação

O entrevistado 01 e o entrevistado 02 mencionam que não há envolvimento político, sendo uma diretriz da empresa, a qual visa, estritamente, cumprir a lei. Além disso, os entrevistados mencionam que a fazenda não possui incentivo fiscal. Para o entrevistado 03, trabalham dentro das normas, a fim de que não ocorra nada errado. O entrevistado 04 informa que algumas práticas adotadas são nos moldes da legislação vigente, já outras são diretrizes do próprio grupo.

6 – Questões relativas ao consumidor

O entrevistado 01 menciona que há muita transparência, não havendo nenhuma parceria entre a fazenda e os frigoríficos, além de não aceitarem gratificações ou brinde fora da área do trabalho. Para o entrevistado 02, não há parcerias fechadas com os frigoríficos, pois cabe ao cliente essa escolha, sendo auxiliado apenas quando solicitado. Para o entrevistado 03, tenta-se passar uma visão de ciclos para o consumidor, seja ele final ou mesmo o frigorífico. Além disso, busca-se demonstrar ao consumidor uma visão de eficiência. Para o entrevistado 04, a imagem que se quer transmitir é de uma empresa responsável, com equipe capacitada e que age de maneira sustentável.

7 – Envolvimento e desenvolvimento da comunidade

O entrevistado 01 menciona que há inúmeros cursos, inclusive 10 colaboradores estavam em treinamento, quando a entrevista foi realizada. O entrevistado ainda declara que, em relação à divulgação, por meio das mídias sociais, das ações humanitárias realizadas para a comunidade em geral, a fazenda ainda não o faz. O entrevistado 02 complementa a ideia, informando que a central é que faz essa divulgação, mas que já está em desenvolvimento um setor de marketing, como responsável pela divulgação das ações sociais realizadas pela propriedade.

Além disso, o entrevistado 02 também menciona que a empresa estimula o desenvolvimento pessoal, sendo que custeia cursos aos colaboradores. O entrevistado 03 informa que a empresa visa sempre à qualificação do colaborador. O entrevistado 04 diz que, quanto às ações sociais, há um Grupo de Voluntariado e, no decorrer do ano, há algumas campanhas, as quais geram emprego e economia para o município.

4.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Após análise das entrevistas realizadas com os gestores da Fazenda Alpha e observação participante, seguem os apontamentos sobre os temas abordados. É importante mencionar que, neste tópico, são levantadas as intervenções necessárias apenas naqueles itens em que a propriedade rural não adota práticas de Responsabilidade Social.

Ação 1. Treinamento e conscientização

Ação: Ministras palestras e/ou cursos para os gestores explicando sobre o que é Responsabilidade Social e quais as práticas já adotadas pela empresa. Também, mencionar sobre o que se trata a norma NBR 16001 e ISO 26000, a importância delas para a empresa e os meios de obtenção da certificação junto ao INMETRO.

Ademais, é possível perceber que alguns dos gestores entendem as publicações de relatórios sociais como envolvendo apenas ações e programas sociais. Contudo, trata-se de

um tema mais amplo e há uma ausência dessa publicação, seja mensal, trimestral, semestral ou, ainda, anual sobre as ações desenvolvidas pela propriedade rural.

Ação 2. Práticas de trabalho

Ação: Contratação de alguns profissionais permanentes na propriedade rural, como eletricista, mecânico e enfermeiro, pois, quando há casos que necessitem desses serviços, que, em grande parte, têm caráter de urgência/emergência, faz-se necessário ir à cidade, com distância de 40km, para buscá-lo. Assim, além do tempo dispendido no deslocamento ao município, some-se o tempo para localizar esse profissional disponível e se dirigir à propriedade; no caso do eletricista e mecânico, há a paralisação do serviço até que o profissional resolva o problema.

Ação 3. Meio ambiente

Ação: Contratação de empresa responsável pela destinação final do lixo produzido na propriedade, visto que esse é levado ao lixão municipal. Outro ponto importante seria a realização de coleta seletiva e encaminhar os produtos obrigatórios da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) para a logística reversa.

Ação 4. Questões relativas ao consumidor

Ação: Criar estratégias para melhorar a imagem da empresa, ou seja, como ela é percebida pela população interna e externa. Isso é importante porque um dos pontos em que ela influencia é na angariação de colaboradores, já que, atualmente, há pessoas que buscam por vagas de trabalho em empresas que adotam políticas sustentáveis. Além desses, passar uma boa percepção da imagem pode conquistar novos investidores e parceiros.

Assim, umas das formas de fazer com que a imagem da empresa seja acessível ao maior número de pessoas é por meio das mídias sociais tanto no site da fazenda quanto da central. A empresa já se atentou a essa necessidade de divulgar mais os trabalhos sociais realizados, informar a população em geral sobre suas atividades econômicas, sobre as práticas sustentáveis desenvolvidas pela empresa, ou seja, estar mais próximo à comunidade.

Ação 5. Envolvimento e desenvolvimento da comunidade

Ação: Envolvimento e desenvolvimento da comunidade relacionado à oportunização de estágio para os discentes dos cursos de agronomia (UFMS – Chapadão do Sul), administração e os novos integrantes do curso de medicina veterinária (ambos da UFMS – Paranaíba), a fim de auxiliar a formação da comunidade acadêmica, pois alguns entrevistados mencionaram a importância do estágio na formação profissional deles.

Ainda sobre essa temática, outro ponto importante seria a parceria com o Sindicato Rural de Paranaíba para que possa proporcionar cursos técnicos e especializações, a fim de que a população local tenha acesso a eles; dessa forma, não seria necessário trazer mão de obra especializada de outras cidades, a exemplo, operadores de máquinas, visto que houve contratação externa, por não haver pessoa especializada na cidade.

4.4.1 CONTROLE E ACOMPANHAMENTOS DAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

Após realizar os levantamentos sobre as sugestões de intervenções na Fazenda Alpha, recomendou-se a adoção do Ciclo PDCA, Quadro 1, como maneira de colocar as mencionadas ações em execução, a fim de trilhar um caminho para que a empresa possa adotar práticas de RSC.

| |
|--|
| PLAN |
| <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer metas e prazos juntamente com os gestores da fazenda para orientar a execução das atividades. - Após as metas e prazos definidos, buscar garantir o cumprimento de cada uma de forma mais eficiente. - Identificar profissionais especializados para ministrar curso/palestras sobre Responsabilidade Social e as normas NBR 16001 e ISO 26000. - Elaborar relatórios sociais desenvolvidos na propriedade contínuos. - Identificar mão de obra especializada nas áreas elétrica, mecânica e enfermagem, por |

exemplo, com a finalidade de que a prestação de serviços seja contínua sem paralização por escassez desses profissionais.

- Identificar empresas que fazem o descarte corretos dos resíduos.
- Pesquisar empresas profissionalizadas na área de Marketing para divulgação das ações realizadas pela fazenda.
- Fazer contato com as Universidades locais e regionais, a fim de solicitar aos diretores a divulgação no meio acadêmico da necessidade da contratação e convênios com estagiários.
- Contactar o presidente do sindicato rural de Paranaíba, a fim de que exponha os serviços prestados pela fazenda e a necessidade de que o Sindicato fomente cursos técnicos e especialização na área do agronegócio.

DO

- Criar comissão para desempenhar as ações propostas planejadas.
- Contratação para realização do curso/palestras para os gestores explicando sobre o que é Responsabilidade Social e quais as práticas já adotadas pela empresa. Também, mencionar sobre o que se trata a norma NBR 16001 e ISO 26000.
- Escolha e contratação de equipes competentes para execução nos quesitos Marketing e Mão de obra especializada.
- Contratar uma empresa que faz o descarte corretos dos resíduos.
- Agendar reuniões com os diretores das universidades e com o presidente do Sindicato Rural de Paranaíba.
- Identificar empresa que auxilie os treinamentos dos colaboradores e monitorar o decorrer das atividades.

CHECK

- Juntamente com a comissão, verificar o funcionamento do plano, analisando sua eficácia por meio de indicadores de desempenho.
- Fazer auditoria interna nos processos para verificar alcance das metas estabelecidas.
- Análise da direção.

| |
|---|
| |
| ACTION |
| <ul style="list-style-type: none">- Diante dos resultados da checagem e avaliações, tomar as devidas decisões de forma elaborada.- Verificar se os processos criados podem ser adotados como uma referência dentro da empresa, ou seja, modelo a ser seguido.- Avaliar atendimento a requisitos legais. |

Quadro 1. Ciclo PDCA como planejamento e controle das ações a serem executadas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Por fim, sugere-se que O Grupo Beta ou Alpha Farming indique um responsável na Fazenda Alpha para implementar as ações sugeridas. Sugere-se, também, que o referido planejamento faça parte das ações do Grupo Beta para que sejam acompanhadas por esse.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o processo de incorporação da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na Fazenda Alpha, localizada do município de Paranaíba/MS. Da análise realizada por meio de entrevista e observação participante, percebeu-se que o grupo da empresa possui algumas ações de RSC, inclusive com alguns prêmios recebidos. Porém, a fazenda em questão possui um nível inicial de incorporação de práticas de Responsabilidade Social, apesar de já realizar algumas delas, mas sem o conhecimento de que se tratam de ações da RSC. Isso porque, nas entrevistas, notou-se grande preocupação dos gestores em cumprir a legislação vigente, como as questões ambientais, a qualidade do serviço prestado e as ações sociais realizadas pelos colaboradores da propriedade rural. Porém, possuem pouco conhecimento sobre as normas ISO 26000 e NRB 16001, nem mesmo a respeito da forma de implementá-las.

Assim, para alcançar resultados mais promissores, foi sugerida a “Proposta de Intervenção”, a qual trilha os caminhos para que a propriedade consiga avançar na incorporação das práticas de RSC e até mesmo alcançar êxito ao implementar as normas ISO 26000 e NRB 16001, visto que essas normas dão abertura comerciais não somente a nacionais, como também internacionais.

Diante disso, sugerem-se, como pesquisas futuras: um novo estudo na propriedade, a fim de averiguar se houve ou não a incorporação das práticas de Responsabilidade Social; avaliar dentro do grupo de funcionários os mesmos pontos pesquisados com gestores para ver se a percepção é concomitante ou divergente; aplicar o estudo em outras propriedades do agronegócio, a fim de não só compará-las, como também aumentar a amostragem.

REFERÊNCIAS

- Abrifar. BOLETIM ABRIFAR 01/2015. Sustentabilidade e sustentabilidade empresarial. Recuperado de http://www.abrifar.org.br/novo/Site/anexos/BOLETIM_ABRIFAR_0115_Sustentabilidade2.pdf. Acesso em: 18 de mai. 2021.
- Aguirre, C., Ruiz, S., Palazón, M., & Rodríguez, A. (2021). O papel do eWOM na comunicação de RSC nas redes sociais. *Anagramas -Rumbos y sentidos de la comunicación*, 19 (38), 11-33. Epub 04 de janeiro de 2021. doi.org/10.22395/anr.v19n38a2
- Algar Farming (2022). Confinamento de gado na Algar Farming. Recuperado de <https://www.algarfarming.com.br/confinamento-de-gado/>. Acesso em: 20 de out. 2021.
- Algar (2022). Nosso fundador e sua família. Recuperado de <https://memoriaalgar.com.br/o-fundador/>. Acesso em: 15 de nov. 2021.
- Balbino, V. A., Binotto, E., & Siqueira, E. S. (2015). Apicultura e Responsabilidade Social: desafios da produção e dificuldades em adotar práticas social e ambientalmente responsáveis. *Ler. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 21 (2), 348-377. doi.org/10.1590/1413-2311.0442013.44185
- Bellen, H. M. V. (2005). *Indicadores de sustentabilidade: uma análise Comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Biazini Filho, F. L. (2014). *Responsabilidade Social da energia nuclear para geração elétrica no Brasil*. Instituto de Pesquisas Energéticas nucleares. Autarquia Associada à Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/85/85131/tde-26012015-161136/publico/2014FilhoResponsabilidade.pdf>. Acesso em: 05 de set. 2021.
- Bonnie F. D., & Huang, S. C. (2001). Achieving sustainability through attention to human resource factors in environmental management. *International Journal of Operations & Production Management*, London, 21(12), 1539-1552.
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2006). Corporate Social Responsibility and Resource-Based Perspectives. *Journal of Business Ethics*, 69, 111-132.
- Brundtland, G. H. (1991). *Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. (2.ed). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Bruni, M., & Santucci, F.M. (2016). Agribusiness at global scale and smallholders. *Bulgarian Journal of Agricultural Science*, 22, 1-9.
- Buitrago Betancourt, J. D. (2021). La comunicación corporativa de la responsabilidad social empresarial (RSE): el caso de las empresas de la provincia Sabana Centro de Cundinamarca, Colombia. *Innovar*, 31 (80) 97-112. doi.org/10.15446/innovar.v31n80.93667

- Campos, V. F. (1996). Gerenciamento pelas diretrizes. Belo Horizonte: Fundacao Christiano Ottoni.
- Campos, V. F. (2004). TQC - Controle Da Qualidade Total (No Estilo Japonês). Nova Lima: INDG Tecnologias e Serviços Ltda, 8 ed.
- Carroll, A. B. (2015). Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*, 44, 87-96.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business and Society*, 38 (3), 268-295.
- Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34 (4), 39-48.
- Carroll, A. B., & Shabana, K. M. (2010). The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice. *International Journal of Management Reviews*, 12 (1), 85-105.
- Castelo Branco, L. M. P. De., Pereira, R. da S., & Rodrigues, E. S. (2020). A responsabilidade social corporativa em empresa agrícola no estado de Goiás. *Brazilian Journal of Development*. 6 (3), 13262-13280.
- Chiles, R. M., Glenna, L., Sharma, A., Catchmark, J., Azzara, C. D., & Maretzki, A. (2018). Agri-food firms, universities, and corporate social responsibility: What's in the public interest? *Renewable Agriculture and Food System*. 35 (2), 158 - 168. doi.org /10.1017/S1742170518000376
- Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento (CMMAD). (1988). Nosso futuro comum Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- Degani, C. M. (2003). Sistema de gestão ambiental em empresas construtoras de edifícios. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Dellagnelo, E. H. L., & Silva, R. C. (2005). Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In M. M. F. Vieira & D. M. Zovain (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*, São Paulo: FGV, 97-118.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006) O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens (4 ed.). Porto Alegre: Artemed.
- Duarte, A. P.; Gomes, D. R.; Neves, J. G. (2014). Finding the jigsaw piece for our jigsaw puzzle with corporate social responsibility. *Management Research: The Journal of the Iberoamerican Academy of Management*, 12 (3), 240-258.
- Elkington, J. (1994). Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, 36 (2), 90-100.
- ESOLIDAR (2021). Tudo que você precisa saber sobre ISOs e normas de responsabilidade social. Recuperado de <https://impactosocial.esolidar.com/2020/01/30/isos-e-normas-de-responsabilidade-social/>. Acesso em: 17 de set. 2021.

- Evangelista, R. (2010). Sustentabilidade - um possível caminho para o sucesso empresarial? *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 9 (1/2), 85-96.
- FAO STATISTICS. (2020). *Statistical Yearbook - World Food and Agriculture 2020*. Rome.
- Fernandes, J. M. (2014). "A responsabilidade social das empresas no contexto da agricultura familiar : um estudo de caso : as plantações de cacau na Costa do Marfim". Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers nº 02/2014.
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research*. 4 ed. Londres: Sage.
- Fiocruz. A pandemia de Covid-19: história, política e biologia. Disponível em: <https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1784-a-pandemia-de-covid-19-historia-politica-e-biologia.html>. Acesso em: 26 set. 2022.
- Fombrun, C., Gardberg, N., & Barnett, M. (2000). Opportunity platforms and safety nets: Corporate citizenship and reputational risk. *Business and Society Review*, 105(1), 85-106
- Friedman, M. (1962). *Capitalism and Freedom*. University of Chicago Press, Chicago.
- Garriga, E., & Melé, D. (2004). Corporate social responsibility theories: Mapping the territory. *Journal of Business Ethics*, 53 (1-2), 51-71.
- Gendron, C. (2000). Le questionnement éthique et social de l'Enterprise dans la littérature managériale. *Cahiers du CRISES*. Québec (Working Papers Etudes theoriques), n. ET0004, Bibliotheque Nationale du Québec, Canadá.
- Gill, A., & Mathur, N. (2018). Religious beliefs and the promotion of socially responsible entrepreneurship in the Indian agribusiness industry. *Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies*, 8 (1), 201-218. doi.org/10.1108/JADEE-09-2015-0045
- Godard, B., & Aruldhas, J. (2014). Responsible innovation in the food sector, In *Encyclopedia of Food and Agricultural Ethics*. Dordrecht, Netherlands: Springer, 1599-1605.
- Gonzalez-Perez, M. A., McDonough, T., & Raghavendra, S. (2006). Agribusiness, corporate social responsibility and transnational labour relations: A review. *Indian Journal of Labour Economics*, 49 (4), 925-936.
- Gruninger, B., & Oliveira, F. I. (2002). *Normas e Certificações: Padrões para Responsabilidade Social de Empresas*. B&SD Ltda.
- Heleno, M. (2008). *Avaliação do impacto da implementação da responsabilidade social através das relações com os Stakeholders*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- IBGE, 2017. *Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/paranaiba/pesquisa/24/27745>. Acesso em: 02 de jan. 2022.

- IBGE, (2021). Produção da Pecuária Municipal 2020; Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/paranaiba/pesquisa/18/16459> Acesso em: 05 de jan. 2022.
- INMETRO. (2021). ISO 26000. Recuperado de http://inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/index.asp. Acesso em: 05 de mai. 2021.
- INSTITUTO ETHOS. (2018). Sobre o Instituto. Recuperado de https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.XBbl8_ZFzIU. Acesso em: 05 de dez. 2021.
- Junior, I. M., Cierco, A. A., Rocha, A. V., & Mota, E. B. (2005). Gestão da Qualidade. Rio de Janeiro: FGV Editora. 5.ed, 164p.
- Koprowski, S., Mazzioni, S., Dal Magro, C. B., & Rosa, F. S., (2021). Cultura Nacional e Responsabilidade Social Corporativa. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 23(3), 488-502. doi.org/10.7819/rbgn.v.23i3.4115
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- Llore, A. (2016). Modeling corporate sustainability strategy. *Journal of Business Research*, 69(2), 418-425.
- Lozano, G., Romero, C., & Serrano, L. (2003). Supermercados internacionales HEB y el Banco de Alimentos de Cáritas de Monterrey, A. C. SEKN Case No. SKS-003. Boston, MA: *Harvard Business School Publishing*.
- Martins, G. A. (2008). Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2 (2), 9-18.
- Mazur-Wierzbicka, E. (2015). The application of Corporate social responsibility in European agriculture, *Miscellanea Geographica- Regional Studies of development*, 19 (1), 19-23.
- Morcelli, A. T., & Ávila, L. V. (2016). Responsabilidade social – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil.
- Monteiro, C. M. H. (2017). Responsabilidade Social Empresarial: Análise do caso Natura. (Monografia). Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, ES, Brasil.
- Orlitzky, M. (2005). Social responsibility and financial performance: Trade-off or virtuous circle? *University of Auckland Business Review*, 7(1), 37-43.
- ONU. (2012). O future que queremos. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Rio de Janeiro.
- ONU BRASIL. (2020). A ONU e o Meio Ambiente. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>.
- Patton, M. G. (2002). *Qualitative Research and Evaluation Methods*, 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage.

- Peruzzo, L., Borges, C. L. P., & Oliveira, A. H. (2018). Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade: um estudo nas instituições financeiras do município de Laranjeiras do Sul – PR. Recuperado de file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/Defini%C3%A7%C3%A3o%20da%20ISO%2016001.pdf. Acesso em: 12 de jun. 2021.
- Pimenta, M. F. F., & Nardelli, A. M. B. (2015). Desenvolvimento sustentável: os avanços na discussão sobre os temas ambientais lançados pela conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, Rio+20 e os desafios para os próximos 20 anos. *Perspectiva*, 33 (3).
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). Strategy and society: the link competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, 84(12), 78-92.
- Raj, A., Kuznetsov, A., Arun, T., & Kuznetsova, O. (2019). How different are corporate social responsibility motives in a developing country? Insights from a study of Indian agribusiness firms. *Thunderbird International Business Review*, 61, 255-265.
- Ranangen, H., & Zobel, T. (2014). Revisiting the ‘how’ of corporate social responsibility in extractive industries and forestry. *Journal of Cleaner Production*, 84 (1), 299–31.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2009). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In I. M. Beuren, (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. (3), 77-97. São Paulo: Atlas.
- Saath, K. C., Fachinelloet, A. L. (2018). Crescimento da demanda mundial de alimentos e restrições do fator terra no Brasil. *Rev. Economia e sociologia Rural* 56 (2). 195-212. doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560201
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Segerson, K. (1999). Mandatory versus voluntary approaches to food safety, *Agribusiness*, 1, 53-70.
- Slack, R., Corlett, S., & Morris, R. (2015). Exploring Employee Engagement with (Corporate) Social Responsibility: A Social Exchange Perspective on Organizational Participation. *Journal of Business Ethics*, 537-548.
- Smith, G., & Feldman, D. (2004). Implementation Mechanisms for Codes of Conduct, World Bank Group. SRI World Group. *New British Law Encourages Socially Responsible Pension Funds*.
- Sodano, V. (2012). Food Policy beyond neo-liberalism, in: Erasga D. *Sociological Landscape - Theories, Realities and Trends*, InTech, 375-402. doi.org/10.5772/37175
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vergara, S. C. (1998). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. Rio de Janeiro: Atlas.
- Vergara, S. C. (2005). *Método de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

Vogel, D. J. (2005). Is there a market for virtue? The business case for corporate social responsibility. *California Management Review*, 47, 19-45.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.

APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado (a) Senhor(a) esta pesquisa refere-se a um estudo acadêmico e visa a identificar a percepção dos gestores da “Fazenda Alpha” sobre a implantação de estratégias da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Diante da NBR 16001 e ISO 26000 a Responsabilidade Social é a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades “abrangendo produtos, serviços e processos, na sociedade e no meio ambiente” por meio de um comportamento ético e transparente.

Dados de identificação

Nome:

Idade:

Formação profissional:

Cargo/Função que exerce na empresa:

Tempo de atuação:

Conhecendo o entrevistado

1. Como você define responsabilidade social?
2. Você tem conhecimento da NBR 16001 e ISO 26000?
3. A organização onde trabalha possui alguma certificação ISO?
4. Se não possui certificação, está buscando alguma? Qual (is)?
5. Vocês publicam algum tipo de relatório social? Se sim, com qual periodicidade?

Questões relacionadas aos Temas Centrais da ISO 26000

| Temas Centrais da ISO 26000 | Abordagem | Questionamentos |
|-----------------------------|-----------|-----------------|
|-----------------------------|-----------|-----------------|

| | | |
|--|---|---|
| Governança Organizacional | Trata da delegação e controle do poder, isto é, da tomada de decisão. Refere-se como a empresa deve agir, com a finalidade de incorporar práticas de responsabilidade social. | Como a Fazenda Alpha lida com essa questão? |
| Direitos Humanos | Trata dos direitos que são conferidos a todos os seres humanos, sejam eles civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Como exemplo questões relativas à pobreza, atividades de extração mineral, conflitos com povos indígenas, trabalho infantil, corrupção, trabalho informal, insegurança nas instalações e outros aspectos que coloquem em risco a lucratividade da empresa. | Como a Fazenda Alpha lida com essa questão? |
| Práticas de Trabalho | Emprego e relações de trabalho Condições de trabalho e proteção social Saúde e segurança no trabalho Desenvolvimento humano e treinamento | Como a Fazenda Alpha lida com essa questão? |
| Meio Ambiente | Prevenção da Poluição Uso Sustentável de recursos Mitigação e adaptação das mudanças climáticas Proteção ao meio ambiente | Como a Fazenda Alpha lida com essa questão? |
| Práticas Leais de Operação | Com finalidade a concorrência leal, de maneira a respeitar os direitos de propriedade. Além de utilizar-se das influências políticas de modo responsável e com práticas anticorrupção. E, especialmente, a utilização da responsabilidade social na organização. | Como a Fazenda Alpha lida com essa questão? |
| Questões relativas ao consumidor | Trata-se das práticas de saúde e segurança do consumidor, do marketing leal, a fim de abolir as práticas contratuais injustas. Também visa ao consumo sustentável, ao atendimento e solução das queixas do consumidor. | Como a Fazenda Alpha lida com essa questão? |
| Envolvimento e desenvolvimento da comunidade | Refere-se à geração de emprego, à capacitação do trabalhador, ao desenvolvimento e acesso às tecnologias, ou seja, em investimento social. | Como a Fazenda Alpha lida com essa questão? |

ANEXO 1: FOTOS DO CONFINAMENTO (BOITEL)



